

OPINIÃO

Saúde-Trabalho-Ambiente-Direitos Humanos & Movimentos Sindical e Sociais

21-12-2020

NATAL

Diego de Oliveira Souza

[Doutor em Serviço Social/UERJ. Professor do PPGSS-UFAL/
Maceió e da graduação em Enfermagem/UFAL/Arapiraca]

O termo “natal” denota qualquer processo de nascimento.

Enquanto data comemorativa, tem origem pagã, desde a Antiguidade, quando os romanos festejavam o início do solstício de inverno. No âmbito religioso, em especial no cristianismo, o Natal se consubstanciou enquanto momento primordial, pois representa o nascimento de Jesus Cristo, aquele que seria o filho de deus e salvador dos seres humanos. Devido à hegemonia cristã no mundo ocidental, essa data (convencionada para o dia 25 de dezembro) assumiu relevância no cotidiano das pessoas, religiosas ou não.

O 25 de dezembro passou a ser uma das datas mais importantes, responsável por confraternizações entre amigos e familiares, no intuito de cultivarem suas relações e prospectarem novos tempos. Sem deixar de considerar a importância e legitimidade das confraternizações, bem como o nosso respeito ao direito à crença que se possa ter em torno da data, gostaríamos de destacar duas questões reflexivas sobre os sentimentos e ações humanas que envolvem a mística natalina. A primeira das questões se refere ao fato de que a data (com sua simbologia contemporânea) cumpre um papel importante na retroalimentação da alienação humana.

Aqui, não queremos fazer alusão, especificamente, à alienação historicamente associada à religião, tarefa já largamente concretizada por algumas correntes filosóficas. Queremos apontar para uma dimensão que transcende o âmbito religioso, embora esteja a ele articulado.

A alienação é aqui entendida, desde a perspectiva materialista histórica, como processo no qual aquilo que foi criado pelas mãos e mentes humanas assume autonomia e exerce poder sobre os seus criadores. Nesse processo, os seres humanos (genericamente) se tornam alheios à origem, à função social e à natureza dos processos sociais que eles mesmos criaram e que estão implicados. Em vez da condução consciente e coletiva dos processos, estes últimos passam a conduzir, automaticamente, os seres humanos, tirando-os do “chão” para um mundo dos “céus”. Obviamente, essa premissa ajuda a explicar o papel da religião ante “um mundo sem coração” e “uma época sem espírito”, mas tem suas raízes fincadas no processo original no qual as mercadorias produzidas pela força de trabalho humana, passam a dominar os seus criadores, como Marx e outros marxistas demonstraram. Ante essa origem de caráter econômico, organicamente articulada aos complexos ideológicos (não só a religião!), situa-se a primeira questão da qual tratamos.

Isso porque a data supostamente propensa ao cultivo das relações humanas serve, cada vez mais, ao cultivo das relações

entre as coisas. A velha crítica tecida ao consumismo do Natal - com suas trocas de presentes, competições veladas para ver quem está com a roupa mais bonita, os acessórios mais vistosos ou os sapatos mais caros etc. - apesar de clichê, é fatídica. Para além dessa crítica, destacamos o caráter fugaz e supérfluo da prática predominante, quando, muitas vezes, são expressos sentimentos ou desejos coletivos e fraternos, mas que, na verdade, não coadunam com as práticas individualistas e competitivas estabelecidas historicamente, diariamente. Não queremos dizer com isso que não possam coexistir, dialeticamente, sentimentos fraternos verdadeiros, inclusive na troca de presentes.

Não se trata desse tipo de crítica rasteira e monolítica, tampouco de focar no comportamento individual. Trata-se de apontar para um processo histórico-social que se automatizou (e autonomizou-se), que abarca a todos nós, num comportamento coletivo forjado pela lógica mercantil (alienada) que escapa à nossa percepção/reflexão cotidiana, mas que está lá, na realidade, fazendo-nos criatura das nossas criaturas; impelindo nossos sentimentos mais autênticos a um jogo de relações egoístas, em um processo retroalimentado, renascido e revivido a cada Natal, a cada dia.

A segunda questão que destacamos tem relação direta com a primeira, porquanto a dinâmica individualista, competitiva (porque mercantil) que subjaç às relações humanas, não poderia produzir, se não, desigualdade entre os humanos. Vivemos em um mundo no qual 0,8% da população acumula 44,8% da riqueza, enquanto 70,1% apenas possui 1,9% (Credit Suisse, 2018).

Portanto, fica clarividente, empiricamente, a velha máxima marxiana de que o acúmulo de riqueza, no capitalismo, é corolário à pauperização de quem a produziu. É até ocioso dizer que, nessas circunstâncias, a troca de presentes e todo o esbanjamento material da noite de Natal seja bastante desigual, ou, na verdade, que se limite a uma parte da sociedade.

A competição pelas melhores roupas ou sapatos não faz sentido para aqueles que nem têm onde se abrigar na noite de Natal, muitas vezes sem ter o que comer.

Deparar com a realidade escondida pelos interesses fúteis da sociedade capitalista, faz-nos perceber que o Natal não é, na verdade, uma noite feliz para a maioria das pessoas. Faz-nos perceber que mesmo uma data revestida de sentimentos legítimos, compõe uma dinâmica de desigualdade que nos afasta da condição plenamente humana. Portanto, para todos que estão no lado desfavorecido dessas relações desiguais, a simbologia natalícia deve coadunar apenas um horizonte: o de nascimento de um mundo para além do capital! ■■■

Referência

Credit Suisse. *Global wealth report 2018*. Zurich: Credit Suisse Research Institute; 2018.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.